

TER_Miriam Leitão_QUA_Zeina Latif_QUI_Miriam Leitão_SEX_Rogério Werneck (quinzenal)_Fabio Giambiagi (quinzenal)_SAB_Carlos Góes (quinzenal)_Cláudio Ferraz (mensal)_Vilma Pinto (mensal)_DOM_Miriam Leitão

MÍRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.com/miriam-leitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



A cena do país em desequilíbrio

Os governadores tinham maioria para assinar uma carta contra as ameaças de Jair Bolsonaro à democracia, mas preferiram fazer um movimento estratégico e aceitaram propor uma reunião ao presidente. Na ata do Fórum dos Governadores está claro o que foi discutido e isso, segundo me disse um governador, mostra o isolamento do presidente. Se o encontro acontecer, contudo, Bolsonaro vai aproveitar para reafirmar sua beligerância. Ele está usando a radicalização, que inclui até o pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, para manter mobilizados os seus apoiadores até a manifestação de 7 de se-

tembro. Bolsonaro quer conflito, convulsão social, por isso os governadores preferiram propor o diálogo.

A economia continua demonstrando cada vez mais desconfiança em relação ao presidente e à gestão econômica. Ontem o Ibovespa caiu em dia de alta nas outras bolsas. O dólar teve mais um dia de volatilidade. A tendência de todos os indicadores mostra a deterioração da confiança, e o mês de agosto marcou esse ponto de virada na percepção do mercado financeiro.

O risco institucional passou a ser considerado central nas avaliações sobre o governo Bolsonaro. Nas últimas semanas o dólar saiu do patamar de R\$ 4,90 para R\$ 5,30, apesar de o país estar no meio de um ciclo de alta de juros no mundo de juros baixos. Isso deveria valorizar a moeda brasileira. A projeção de crescimento vai murchando para o ano que vem. No Focus está em 2%, mas em várias instituições formadoras de opinião no mercado, como o Itaú, está em 1,5%. A MB calcula 1,4%.

Nos últimos dias o país viu uma sucessão de notas de partidos políticos e manifestações de instituições da sociedade civil contra o governo. Apesar disso, Jair Bolsonaro colherá uma enorme vitória hoje graças ao Senado Federal. Críticos do presidente e integrantes da oposição ajudarão a fortalecer o projeto Bolsonaro ao votarem pela recon-

dução do procurador-geral da República, Augusto Aras.

Aras foi durante dois anos subserviente a Bolsonaro. Ao fazer isso, ele traiu o papel constitucional da PGR. Para quem precisa de números para ver isso, as professoras Eloísa Machado e Luiza Pavan Ferraro, da FGV Direito de São Paulo, não deixaram dúvidas. As duas publicaram na "Folha de S. Paulo", no dia 19, um artigo mostrando que 287 ações questionando a constitucionalidade dos atos do presidente foram apresentadas ao Supremo. "Chama a atenção, diante da agenda de ofensas contínuas à Constituição promovidas pelo governo Bolsonaro, a quase inexistente participação da Procuradoria-Geral da República, enquanto autora da ação. Propôs apenas 1,74% das ações", disseram as professoras. Há outro número estardaloso: em 93,9% das manifestações da PGR e da AGU houve alinhamento de posições. Aras é o agente de Bolsonaro no MPF e hoje o Senado será cúmplice desse atentado à Constituição ao dar a ele mais um mandato.

A ata da reunião dos governadores registrou "a escalada constante de ameaças de ruptura institucional" do presidente. Colocou também

o dedo em outra ferida: o risco de as polícias militares se politizarem. Ontem mesmo o dia começou com o governador de São Paulo, João Dória, exonerando o coronel Aleksander Lacerda que, segundo revelou o "Estado de S. Paulo", estava em suas redes ofendendo o governador, o STF, e clamando para a manifestação bolsonarista no dia 7 de setembro.

Os governadores também falam do resultado disso: "Cria-se em decorrência dessa situação um cenário de grande instabilidade e insegurança perante os investidores nacionais e internacionais, sendo necessário para o Brasil salvaguardar um ambiente estável e atrativo para o crescimento econômico".

Quem olha para qualquer lado da economia vê a desconfiança aumentando. Não faltam motivos. Ontem o ministro Paulo Guedes declarou que "pode ser que o Congresso tire o precatório do teto". Ou seja, Guedes tentará de novo apresentar o inaceitável como se fosse coisa do Congresso.

Todo esse barulho se reflete nos números. O Ibovespa acumula queda de 1,16% no ano — tendo caído 10% desde junho — enquanto o índice americano S&P500 tem alta de 21%. O Banco Central tem que enfrentar todas essas incertezas e é por isso que já se fala em Selic a 8%. A questão é que não há juros que segurem uma crise de confiança quando o risco é de ruptura institucional.

Governo anuncia bônus para empresas que economizarem energia

Portaria vale para grandes consumidores que compram direto das geradoras. Próximas medidas devem ser para residências

MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br
BRÁSILIA E RIO

O Ministério de Minas e Energia publicou ontem uma portaria que garante um bônus a grandes consumidores que reduzirem o consumo de eletricidade. A medida faz parte das ações que o governo tem tomado contra a pior crise hídrica em 91 anos, que ameaça o fornecimento de energia no país, e era aguardada pela indústria desde maio. O foco do MME é o horário de pico, entre 12h e 18h nos dias úteis. O governo também prepara medida para incentivar a redução da demanda de consumidores residenciais, que poderão ter desconto nas contas de luz de acordo com o consumo. A portaria é a primeira medida que o governo toma para conter a crise pelo lado da demanda de energia, e não só pela oferta. Não se trata de um racionamento, já que a adesão é voluntária.

Especialistas defendem que isso é necessário para evitar sobrecarga do sistema e apagões concentrados nos horários de pico, especialmente a partir de outubro. O período seco continua até novembro.

A Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) elogiou a medida e estima que mais de mil empresas poderão aderir.

— É um jogo novo que vai funcionar, e a gente precisa jogar para ver como vai ser. Tomara que apresente resultado. Vamos esperar que haja competição e que esse processo chegue a muitos consumidores — diz Paulo Pedrosa, da Abrace.

A portaria vale apenas para os chamados consumidores livres, que compram energia diretamente do gerador, sem passar pela distribuidora. Inclui principalmente indústria, shoppings e grandes comércios.

Pelas regras, o consumidor poderá fazer uma "oferta" de redução do consumo de energia, com duração de 4 a 7 horas, e com lotes mínimos de 5 megawatts (MW) para cada hora.

O volume ficou bem abaixo do que o governo previa inicialmente, 30 MW, e próximo do que vinha sendo defendido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que era 1 MW.

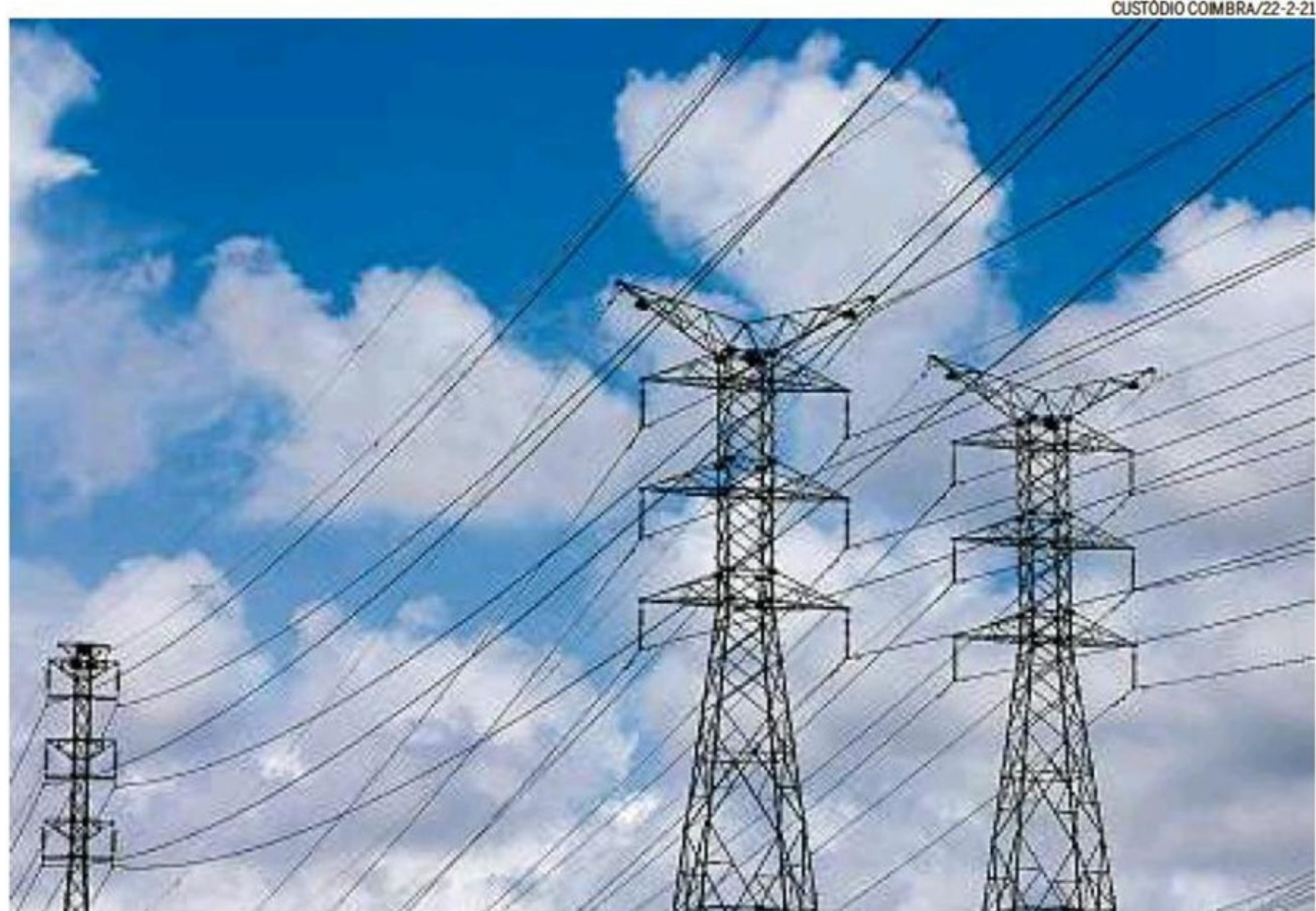
Com a mudança, indústrias de pequeno porte também poderão participar.

Clarice Ferraz, diretora do Instituto Ilumina, destaca a redução de consumo em intervalos de quatro a sete horas de duração, muito superiores ao período de três horas do horário de ponta.

— Com intervalos tão grandes, pode-se esperar uma redução do nível de produção industrial o que frustra a ideia de retomada da atividade econômica. A medida não foi acompanhada de análise de impacto, mas se houver boa adesão de grandes consumidores pode efetivamente proporcionar alívio de carga e ajudar a evitar os já esperados apagões no horário de ponta — avalia.

IMPACTO NA CONTA DE LUZ
As ofertas deverão seguir o padrão de R\$/MWh, além da indicação do dia da semana. Uma empresa poderá propor, por exemplo, cortar 10 MW a um custo de R\$ 1.000 por MWh. Caberá ao Operador Nacional do Sistema (ONS) definir previamente quais horários serão permitidos tanto para a redução quanto, depois, para a compensação dessa redução.

De acordo com a portaria do MME, se a oferta de economia apresentada pelo grupo for menor do que o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), hoje em seu valor máximo, de R\$



Transmissão. Técnicos têm trabalhado para ampliar a capacidade de transferir energia do nordeste para sudeste

583,88 por MWh (megawatt-hora), a diferença será retornada ao consumidor via encargos cobrados na conta de luz. Se for maior, todos os consumidores pagarão essa diferença.

Para o sistema, isso é vantajoso porque o custo da redução do consumo pode ser mais baixo que o da geração termelétrica. Uma termelétrica movida a óleo, por exemplo, tem um custo superior a R\$ 1.000 por MWh. Haverá uma competição entre ofertas de geração e ofertas de redução de demanda.

Em nota, o MME disse que as diretrizes permitem que o setor industrial participe e dê contribuição "para a garantia da segurança do fornecimento de energia elétrica, nesse momento em que a escassez hídrica impõe grandes desafios para o atendimento da demanda de energia elétrica no país."

Segundo Tiago Figueiró, sócio da área de Energia do Veirano, a medida é muito importante, pois explora um recurso normalmente negligenciado no setor elétrico, que é a eficiência energética.

— A energia a ser economizada é a que está mais 'disponível', pois não necessita de

investimentos de capital ou licenciamento para ser entregue. O plano previsto é um tipo de programa de resposta da demanda. Caso funcione, pode servir de base para a ampliação desse mecanismo — explica ele.

Para garantir a segurança do sistema, o governo tem tomado medidas como manter vazões reduzidas em hidrelétricas importantes no Sudeste e no Centro-Oeste, que concentram a crise. O nível dos reservatórios dessa região está abaixo de 25%. A redução da vazão poupa água nos reservatórios, mas prejudica outros setores, como a navegação.

RACIONAMENTO DE ÁGUA
Segundo relatório da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), divulgado ontem, em julho, a seca piorou em 15 cidades brasileiras e muitos estados já enfrentam racionamento. O Distrito Federal foi a única unidade da Federação livre do fenômeno. A seca se intensificou em estados do

Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste, Sul e Tocantins. Em Alagoas e Sergipe, houve abrandamento da seca.

O ONS também vai tomar uma medida para aumentar a transmissão de energia do Nordeste para outras regiões do país. Os reservatórios do Nordeste estão mais cheios, além da região gerar energia por usinas eólicas em grande escala. Por outro lado, há limites para transmitir essa energia para o Sudeste e o Centro-Oeste. Os técnicos do governo têm trabalhado para ampliar a capacidade de transmissão entre os sistemas.

Também está acionando um volume recorde de geração de energia por usinas termelétricas, que tem custo mais alto do que o das hidrelétricas.

A Abrace destacou ainda que ainda que há uma série de dúvidas como a diferença de tratamento entre os consumidores que têm contratos bilaterais e ressaltou a importância de preservar ambiente de negócios.



NOTA À IMPRENSA
A G.A.S. e toda sua equipe de traders que atua há quase uma década no ramo de tecnologia e consultoria financeira em criptomoedas não compactua com ilegalidades e preza pela licitude de todas as suas operações. A GAS esclarece também que, pautada sua relação com os clientes de maneira ética, transparente e justa. Sem jamais ter deixado de cumprir com qualquer de seus compromissos contratuais. O mercado de criptoativos é uma realidade inovadora no ramo das finanças e "vão para ficar".
A GAS repudia toda narrativa que possa tentar aproxima-la de grupos fraudulentos e ou pirâmides financeiras. Toda ação da G.A.S. sempre foi e continuará sendo pautada pelo zelo a Lei estando à disposição das autoridades para todo e qualquer esclarecimento.
Glaudson Acácio - CEO da G.A.S.
Thiago Minagé - Advogado

PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 0163.2020 CEPL-IX PE.000.SAD AT1 OBJETIVO: Formação de registro de preço corporativo para contratação de empresas visando ao fornecimento de microcomputadores, monitores e notebooks, com garantia de 48 meses on-site, e webcams, com garantia de 12 meses (tipo balcão), para atendimento aos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquicas e Fundações Públicas integrantes do Poder Executivo Estadual (PEE), Valor Global Estimado de R\$ 222.002.954,4201 (duzentos e vinte dois milhões, dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), distribuídos em lotes, na forma indicada no Termo de Referência. Entrega das Propostas até: 09/08/2021, às 10h00; Início da Disputa: 09/08/2021, às 09h30. Horário de Brasília. O edital na íntegra está disponível nas páginas eletrônicas: www.pernambuco.pe.gov.br e www.licitacoes.pe.gov.br. Outras informações: (51) 3183-7011. Recomendamos que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação habilitação previamente digitalizados. Gerência Geral de Governança e Licitações do Estado - 0000L.

Chesf MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
Companhia Hidro Elétrica de São Francisco - CHESF
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
A CHESF torna público que, nos termos da Lei n. 13.303/2016, da Resolução Conjunta n. 1, de 24/11/1999, da Resolução Normativa ANEEL n. 797, de 12/12/2017, e do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras, fará realizar o Chamamento Público 5762/2021, visando a seleção de interessada no compartilhamento de infraestrutura de fibra óptica em cabos OPGW da Rota Salvador/Fortaleza e Recife II/Bongi. Abertura das propostas às 15h00 do dia 03/09/2021; obtenção do Edital e seus anexos gratuitamente através do endereço www.chesf.gov.br. Dúvidas e esclarecimentos: e-mail: cal@chesf.gov.br, pelos telefones (81) 3229.2537 / 3298 / 3162 ou no seguinte endereço: CHESF – Central de Atendimento a Fornecedores, Rua Delmiro Gouveia, nº 333, Recepção da Sede - San Martin - Recife (PE) - CEP 50761-901. Esclarecimentos que os horários especificados neste Aviso correspondem ao horário de Brasília.
Thiago Rafael Cunha de Abreu
Gerente do Departamento de Planejamento, Compras e Alienação